

**RECENSÃO CRÍTICA: EDUCAÇÃO E LIBERDADE DE ESCOLHA**

ELISEU FRAGOSO BALANDA CHIPACO

<https://orcid.org/0000-0002-6513-2341>

DOUTOR. INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO SOL NASCENTE. HUAMBO. ANGOLA

eliseu.chipaco@ispsn.org

O historiador Paulo Guinote, na sua obra “Educação e Liberdade de Escolha”, promete desenvolver o conceito que parece ser o mais consensual e que se apresenta como valor absoluto em democracia. Através de uma linguagem fluída, o autor começa por chamar atenção ao paradoxo do valor absoluto da liberdade, que cede perante a necessidade de múltiplos compromissos para que a liberdade de todos e de cada um se viva de formas a que não se limite as liberdades individuais dos outros.

Paulo Guinote começa por introduzir a discussão da “liberdade e educação” procurando clarificar o conceito de liberdade de escolha como o conjunto de princípios pelos quais se defende que a escolha das escolas para a frequência dos alunos deve ser responsabilidade primeira e última das famílias e não seguir quaisquer regulações do Estado. O autor alerta-nos para o facto de que, quando se pretende discutir a liberdade em educação, é importante saber exactamente o que se pretende para que não confundamos as argumentações contra e a favor dessa mesma liberdade de escolha. Como exemplo, apresenta os movimentos *School Choice* e *No Child Left Behind Act*, nos EUA, para alertar que casos devem ser lidos com atenção e identificados a sua origem, pois são feitos com interesse directo de disputa ideológica.

A introdução mantém uma perspectiva analítica sobre liberdade e educação, não deixa de ser de intervenção, um olhar particular e interessado do professor que questiona: por que, em nome de um ensino plural, mesmo que polémico, se restringe a liberdade de ensinar ao paradigma racional e científico herdado do iluminismo? Esta secção mostra-nos que, ao defender o exercício de todas estas liberdades, mais ou menos radicais, conforme a conceção de cada um, devemos entender que, se considerarmos a liberdade como valor supremo e primeiro, anterior a todos os outros, nem sempre é fácil lidarmos com as suas consequências práticas.

O segundo capítulo da obra de Guinote, “liberdade na sala de aula”, traz a discussão de décadas sobre o papel do professor e do aluno, também cunhada por processo de ensino-aprendizagem. O autor apresenta as posições em confronto, por um lado, o papel de autoridade do professor, e, por outro lado, este mesmo professor como mero facilitador ou catalisador das aprendizagens. Aponta ainda para uma variante desta última posição que apresenta a sala de aula como espaço de cooperação, em que professores e alunos se encontram num plano de igualdade na descoberta do saber. Esta ideologia igualitária na sala de aula desloca para o aluno o exercício da maior liberdade, e vem sendo encarada por alguns autores como uma das razões do declínio do prestígio dos professores e do aumento da indisciplina ao legitimar a resistência a qualquer forma de autoridade dos professores, mesmo quando atenta aos direitos dos outros alunos.

Esta posição tem vantagens e desvantagens, conforme as nossas afinidades teóricas sobre a liberdade na sala de aula, mas o que se passa numa sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem tem a sua razão de existir. Diz o autor que o erro tem sido encarar a relação pedagógica estabelecida nas escolas e nas salas de aula em função dos actores físicos em presença e debater a liberdade na sala de aula tendo como foco as relações de poder e não sobre a substância do que é uma aula. Guinote sustenta este posicionamento ao apresentar exemplos sobre a popularidade das teorias críticas e emancipatórias que se proliferaram a partir das décadas de 1960 e 1970 na Europa e nos EUA. Parece que, até hoje, continuamos a ignorar que a educação é, em si mesma, algo emancipatório, por muito que a tentemos instrumentalizar, mesmo nas suas formulações menos felizes, é profundamente mais libertadora do que a manutenção das massas na ignorância, prisioneiras de preconceitos, etc.

Dos vários argumentos apresentados por Guinote, destacamos a defesa de maior entrave à liberdade na sala de aula, mais do que as relações de poder que nela se desenvolvem, mais do que a eventual autoridade do professor em relação aos alunos, encontra-se quando o verdadeiro poder de definir o que é uma aula está fora dela e condiciona de forma profunda o que se passa no interior da sala, limitando em excesso a liberdade de professores e alunos no seu quotidiano pedagógico. De novo, a liberdade na sala de aula não resulta de jogo de poder interno às quatro paredes, mas de determinações que estão fora, muitas vezes fora do próprio recinto escolar. Assim, a liberdade de ensinar e de aprender torna-se um valor limitado pela necessidade de a nível nacional, se seguir um padrão curricular comum a todo o sistema de ensino que deixa pouca margem de manobra

para, a nível local, organizar o currículo de outra forma, gerir os tempos lectivos de um modo menos convencional.

As maiores contribuições aparecem na segunda parte do livro, onde Guinote aborda “a liberdade na organização das escolas” e “a liberdade de escolha no sistema educativo”. Na secção sobre “a liberdade na organização das escolas”, o autor atem-se à evolução paradoxal que se regista na gestão e administração escolar, onde o discurso político centra-se no princípio da autonomia no sentido de libertar as escolas de constrangimentos excessivos do poder central, mas, ao mesmo tempo, responsabilizá-las pelas suas opções. Na secção sobre “a liberdade de escolha no sistema educativo”, o autor debate-se com a organização e gestão de todo o sistema educativo e da rede escolar, em particular a que se refere ao grau de liberdade às famílias e alunos para escolherem as escolas que pretendem frequentar.

O livro, na secção em que aborda “a liberdade na organização das escolas”, dedica argumentos que sustentam a autonomia das escolas e chama atenção para o perigo da autonomia decretada por uma espécie legislativa apresentada de fora para dentro das escolas, impondo novas regras e que procede a algo que se viria a tornar muito comum como forma de regulação. Portanto, Guinote diz que a possibilidade de auto-organização das escolas e o enquadramento legal mínimo não passam de artifícios de linguagem ao serviço de modelo único de gestão, fortemente limitador da liberdade das escolas, pois impõe uma única solução, regula de forma bastante rígida a composição dos restantes órgãos de gestão escolar e limita de forma evidente o princípio da democraticidade na escolha da direcção, mas também de cargos de chefia intermédia ao substituir a eleição pela nomeação.

O autor, na secção “a liberdade de escolha no sistema educativo”, dedica-se a distinguir a rede pública de ensino das escolas privadas convencionadas pelo Estado através de contractos colectivos ou individuais. Só que os tempos mudaram a vários níveis, e hoje há a confluência de estratégias entre um sector ideológico inspirado em conceitos liberais e originários dos EUA, em especial do que recebe apoios (in)directos do Estado. A pressão em torno da liberdade de escolha que apresenta a gestão privada dos estabelecimentos de ensino como mais eficaz, sugere uma escola dirigida pelo Estado, a escola pública actual, que pode ser gerida por um comité de pais, uma equipa de professores. Assim, o que a torna publica é quem a frequenta, a sua forma de

financiamento e a quem presta contas, e não as pessoas que emprega ou os que a dirigem. Portanto, Guinote termina esta secção com o alerta para a necessidade de se definir com cuidado o que se entende por liberdade de escolha em educação e o que é indispensável para que a liberdade e a escolha se conjuguem ao serviço dos cidadãos.

Neste livro, a questão da liberdade em educação é discutida fora do panorama habitual, faz-se em torno da educação como ferramenta essencial para a liberdade tanto enquanto aparato destinado à formação de futuros cidadãos livres, críticos como enquanto prática quotidiana nas escolas e salas de aulas. A educação como forma de *empowerment* de grupos sociais ou desfavorecidos que promove uma discussão sobre a liberdade e educação, sem se deslocar mais para a esfera organizacional e da gestão de estabelecimentos escolares, mas que tem no cerne da liberdade questões pedagógicas e de mentores como Dewey e não como fizeram promotores da liberdade em educação ao buscar a sua inspiração em teorizadores económicos como Hayek ou Friedman, olhando para a escola ou sala de aula enquanto organização pedagógica para a escola em si e enquanto organização pedagógica de eficácia de gestão e de liberação da rede escolar.

Quem pretende ler este livro encontrará exemplos e argumentos interessantes e muito actuais sobre a liberdade de escolha e a autonomia na gestão das escolas, mas também outras como liberdade pedagógica, de aprender e de ensinar, sem se esquecer da educação como espaço de criação de liberdade. Por isso, aconselho vivamente a leitura de “Educação e Liberdade de Escolha de Paulo Guinote, de 2014.

## Referências

Paulo, G.(2016). *Educação e Liberdade de Escolha*. Edição eBook:Guidesign.

